



teoria e
exercícios

IBGGE

CENSO AGRO

AGENTE CENSITÁRIO ADMINISTRATIVO

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico Quantitativo
- Ética no Serviço Público
- Noções de Administração



Conteúdo de acordo
com o último edital
Questões gabaritadas

 **NOVA**
CONCURSOS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBGE - CENSO AGRO

Agente Censitário Administrativo

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada nesse percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados, em um sumário que foi pensado para apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de *Agente Censitário Administrativo*, de acordo com os itens mais relevantes e principais atualizações, com base no último edital do *IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao longo da teoria você encontrará recursos como boxes de “*Importante!*” e “*Dica*”, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas, apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas de *bancas variadas*, para que você pratique a teoria e já conheça os perfis das bancas.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que te guiará até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS	9
■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS	11
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL	19
■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL	20
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL	20
■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO	24
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO.....	24
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	25
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	27
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	31
EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE.....	33
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	34
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	37
COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS	46
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	46
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO	57
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	57
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO.....	58
REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO	59
REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.....	60
RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO	71
■ ESTRUTURAS LÓGICAS	71
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO	71
■ DIAGRAMAS LÓGICOS	78

■ ARITMÉTICA.....	82
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS.....	88
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO.....	97
■ CÓDIGO DE ÉTICA DO IBGE	97
■ LEI Nº 8.112, DE 1990 E SUAS ALTERAÇÕES.....	100
ART. 116, INCISOS I A IV, INCISO V, ALÍNEAS A E C, INCISOS VI A XII E PARÁGRAFO ÚNICO.....	101
ART. 117, INCISOS I A VI E IX A XIX.....	101
ART. 118 A ART. 126	102
ART. 127, INCISOS I A III	103
ART. 132, INCISOS I A VII, E IX A XIII.....	103
ART. 136 A ART. 141	104
ART. 142, INCISOS I, PRIMEIRA PARTE, II E III, E §1º A §4º	105
NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO	109
■ ASPECTOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	109
PLANEJAMENTO	109
ORGANIZAÇÃO	109
DIREÇÃO	109
CONTROLE	110
COMUNICAÇÃO	115
LIDERANÇA	117
MOTIVAÇÃO.....	117
■ ORGANIZAÇÕES COMO SISTEMAS ABERTOS.....	118
■ EFICIÊNCIA E FUNCIONAMENTO DE GRUPOS	119
O INDIVÍDUO NA ORGANIZAÇÃO: PAPÉIS E INTERAÇÕES	119
■ TRABALHO EM EQUIPE	120
■ EQUIPES DE TRABALHO.....	123
■ RESPONSABILIDADE, COORDENAÇÃO, AUTORIDADE, PODER E DELEGAÇÃO	125

■ QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	125
■ NOÇÕES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO.....	130
■ NOÇÕES DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO.....	131



LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas; conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a semântica, que incide suas relações de estudo sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos em interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem o lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo ao invés de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto, e, geralmente, é marcada por uma palavra ou uma expressão, e apresenta mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**.

Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre de olho na sua aprovação. Por isso, convidamos você a estudar com afinco e dedicação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas.

Apesar de parecer algo subjetivo, existem “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto, se de maneira mais racional, a partir da análise de dados, informações com fontes confiáveis ou se de maneira mais empirista, partindo dos efeitos, das consequências, a fim de se identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Muitos pesquisadores já se debruçaram sobre o tema, que é intrigante e de grande profundidade acadêmica; neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos.

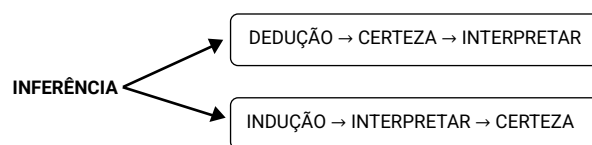
A partir disso, apresentamos estratégias de leitura que focam nas formas de inferência sobre um texto. Dessa forma, é **fundamental** identificar como ocorre o **processo de inferência, que se dá por dedução ou por indução**. Para entender melhor, veja esse exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações a partir dessa frase. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela expressão “marido”), a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”) e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (expressão comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a concepção de uma interpretação, construída pelas pistas oferecidas no texto junto da articulação com as informações acessadas pelo leitor do texto.

A seguir, apresentamos um fluxograma que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, iremos detalhar esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, vamos apresentar nos tópicos seguintes como usar estratégias de cunho dedutivo, indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto e que variam conforme o tipo textual.

Sendo assim, no tipo textual narrativo, podemos identificar uma organização cronológica e espacial no desenvolvimento das ações marcadas, por exemplo,

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO

ESTRUTURAS LÓGICAS

A NEGAÇÃO COM O CONECTIVO “NÃO”

Representação simbólica: $(\sim p)$ ou $(\neg p)$.

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- $(\sim p)$ ou $(\neg p)$: “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

CONJUNÇÃO (CONECTIVO “E”)

Representação simbólica: \wedge

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

DISJUNÇÃO INCLUSIVA (CONECTIVO “OU”)

Representação simbólica: \vee

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

DISJUNÇÃO EXCLUSIVA (CONECTIVO “OU...OU”)

Representação simbólica: \veebar

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

CONDICIONAL (CONECTIVO “SE... ENTÃO”)

Representação simbólica: \rightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

BICONDICIONAL (CONECTIVO “SE, E SOMENTE SE,”)

Representação simbólica: \leftrightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

SILOGISMOS

O silogismo vem da Teoria Aristotélica, dentro do raciocínio dedutivo, e geralmente é formado por três proposições, das quais, a partir de duas que funcionam como premissas ou antecedentes, extrai-se uma terceira proposição, que é a conclusão ou consequente. Além disso, pode-se dizer que se trata de um tipo especial de argumento.

Estrutura do Silogismo Categórico

- **Premissa maior** (geralmente é a primeira): contém o termo maior (T), que é sempre o predicado da conclusão e indica qual é a premissa maior, da qual faz parte;
- **Premissa menor** (geralmente é a segunda): contém o termo menor (t), que é sempre o sujeito da conclusão e indica qual é a premissa menor;
- **Conclusão**: identificamos por não conter o termo médio (M);
- **Termo médio**: estabelece a ligação entre o termo maior e termo menor. Aparece nas duas premissas, mas nunca aparece na conclusão.

Veja os exemplos a seguir.

Exemplo 1:

Todos os mamíferos são animais.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

CÓDIGO DE ÉTICA DO IBGE

INTRODUÇÃO

Na Administração Pública brasileira, a ética tem assumido um papel de destaque. O IBGE, como não poderia deixar de ser, vem incentivando e instigando a difusão daquilo que se entende por ética no âmbito administrativo federal. Para tanto, a Presidência da Casa, entre outras medidas, delegou, à Comissão de Ética do IBGE, a elaboração de dois documentos essenciais: o Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE e o Regimento Interno da Comissão de Ética do IBGE (disponível em formato digital, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ibge.gov.br/comissao-de-etica/codigo-de-etica-do-ibge>).

O Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE propende a estabelecer, essencialmente, os princípios de natureza deontológica, os deveres e as vedações a que estão sujeitos os agentes públicos lotados no Instituto. Documento de imprescindível leitura, o Código foi construído, naturalmente, a partir do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171, de 1994), agregando a ele, contudo, algumas particularidades do trabalho realizado no IBGE.

O Regimento Interno da Comissão de Ética do IBGE, por sua vez, delimita e define as competências e atribuições da Comissão de Ética do IBGE, cuja função primeira — destaca-se — é a de orientar e educar rotineiramente o agente público para a ética. O Regimento também estabelece, não obstante, o rito processual pelo qual se orienta a Comissão quando provocada por denúncia ou, ainda, *ex officio*, nos Processos de Apuração Ética, e segue de maneira estrita a Resolução nº 10, de 2008 da Comissão de Ética Pública, vinculada à Presidência da República.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

O IBGE é o órgão coordenador e produtor de informações estatísticas e geográficas do país. Para que suas atividades possam cobrir todo o território nacional, a instituição conta com uma rede nacional de pesquisa e disseminação, **composta por:**

- 27 Unidades Estaduais (26 nas capitais dos estados e 1 no Distrito Federal);
- 566 Agências de Coleta de Dados nos principais municípios.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um instituto público da administração federal brasileira, criado em 1934 e instalado em 1936 com o nome de Instituto Nacional de Estatística. Seu

fundador e grande incentivador foi o estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas. O nome atual data de 1938. A sede do IBGE está localizada na cidade do Rio de Janeiro.

O IBGE possui atribuições ligadas às geociências e estatísticas sociais, demográficas e econômicas, o que inclui realizar censos e organizar as informações obtidas nesses censos, para suprir órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal e para outras instituições e o público em geral. Também realiza vários tipos de censos, embora o mais conhecido seja o censo demográfico, o qual é o conjunto de dados estatísticos sobre a população de um país. No Brasil, os censos demográficos são realizados a cada dez anos **em média**.

O censo demográfico é uma pesquisa sobre a população que possibilita a recolha de várias informações, tais como: o número de habitantes; o número de homens, mulheres, crianças e idosos; onde e como vivem essas pessoas; se vivem de aluguel ou possuem casa própria; e informações sobre o trabalho que realizam — qual o tipo de mão de obra, qual o valor do salário, se a possuem formação na área em que atuam, etc.), entre outras coisas.

A **missão do IBGE** é mostrar o Brasil, fornecendo as informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania. Segundo conceito amplo, a **cidadania** é o agrupamento de direitos e deveres exercidos por aqueles que vivem em sociedade. É a expressão ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua posição em poder nele intervir e transformá-lo.

Neste sentido, **o IBGE oferece um panorama objetivo e atual do país**, com a produção e a disseminação de informações de natureza estatística, geográfica e ambiental. **Essa missão se concretiza quando o IBGE:**

- identifica, mapeia e analisa o território;
- realiza a contagem da população;
- informa como a população vive;
- apresenta a evolução da economia a partir de estatísticas do trabalho e da produção.

Tais informações, relevantes e confiáveis, são essenciais para a consolidação de uma sociedade democrática e para o planejamento de políticas públicas. **Políticas públicas** são ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado com o objetivo de garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. São medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o bem-estar da população. **O planejamento, a criação e a execução dessas políticas** são realizados por meio de um trabalho em conjunto dos três Poderes que formam o Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO IBGE

Deontologia, teoria a qual faz parte da filosofia moral contemporânea, significa ciência do dever e da obrigação. Ela é um tratado dos deveres e da moral a qual estabelece normas sobre as escolhas dos indivíduos, ditando o que é moralmente necessário, a fim de nortear o que realmente deve ser feito. Para os profissionais, deontologia são normas estabelecidas não

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

ASPECTOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

Neste material, iniciaremos o estudo da disciplina Administração Pública. Este assunto, tão importante para a sua aprovação, será muito útil no seu dia a dia como servidor público.

A disciplina de Administração Pública representa a integração das principais teorias da ciência da administração (geral) com as exigências (particularidades) do poder público, especialmente o direito administrativo, permitindo, assim, uma visão macro da organização administrativa brasileira.

Durante este material, conheceremos todas as formas pelas quais é possível organizar a administração do Estado para alcançar seu objetivo principal, ou seja, a prestação de um serviço público de qualidade.

Inicialmente, trataremos do estudo da estrutura organizacional, enfatizando as características das organizações modernas: tipos de estruturas, natureza, finalidade e critérios de organização.

Em seguida, abordaremos:

- a organização administrativa do Estado brasileiro e suas formas de centralização, descentralização, concentração e desconcentração;
- a gestão de processos;
- a gestão de contratos; e
- o processo licitatório.

Por fim, unindo todos os conhecimentos estudados, veremos como se deu a evolução da Administração Pública por meio das diversas reformas administrativas e da convergência com as boas práticas da administração privada.

CONCEITOS INICIAIS

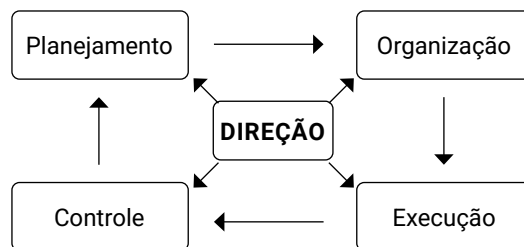
Primeiro, vamos conhecer alguns conceitos básicos da ciência da administração, os quais serão muito úteis no entendimento de toda a matéria.

Ouvimos a palavra “administração” com frequência em nosso cotidiano e, muitas vezes, realizamos ações pertencentes à administração sem nos atentarmos muito, tais como: planejar, organizar, liderar, executar e controlar.

Mas, afinal, qual é o conceito de administração que se deve levar para a prova?

Segundo Maximiano, administração consiste em um processo contínuo de tomada de decisões voltadas à melhor utilização dos recursos disponíveis, com o intuito de atingir determinados objetivos.

Nesse sentido, o processo dinâmico diz respeito às famosas **funções administrativas**; assim, podemos sintetizar a definição: administração é o processo de planejar, organizar, dirigir, executar e controlar o uso dos recursos e as competências, a fim de alcançar os objetivos organizacionais.



PLANEJAMENTO

O processo de planejamento é o ponto inicial das funções administrativas e tem como objetivo administrar as relações atuais com o futuro.

As decisões de planejamento procuram, de alguma forma, influenciar o futuro ou ser colocadas em prática no futuro.

Podemos, assim, entender que o planejamento estabelece os objetivos, define as metas e decide os métodos de trabalho adequados para o alcance dos objetivos.

Exemplificando: é quando se toma a decisão de construir uma casa e, desse modo, elabora-se o planejamento financeiro, decide-se quando começar e qual a previsão de término, define-se a planta dos cômodos, pesquisam-se os materiais a serem utilizados etc.

ORGANIZAÇÃO

A organização é o processo de dispor os recursos em uma estrutura que facilite a realização dos objetivos. É responsável, então, por distribuir os recursos e as tarefas, resultando, assim, na estrutura organizacional.

Exemplificando: definidos os parâmetros gerais no planejamento, chega o momento de alocar os custos por meio do orçamento e distribuir as tarefas entre os contratados (eletricista, encanador, mestre de obras, pedreiros).

DIREÇÃO

A direção é o processo de liderar as pessoas, por meio da comunicação e da motivação, para possibilitar a realização das tarefas planejadas.


É considerada a função mais complexa entre as administrativas, pois compreende diversas atividades da gestão de pessoas, tais como coordenação, motivação, comunicação e orientação.


Exemplificando: a direção é o dia a dia da obra, liderando as equipes contratadas, comunicando as necessidades e motivando a execução.

EXECUÇÃO


O processo de execução consiste em realizar as atividades planejadas por meio da aplicação da mão de obra. Executar uma tarefa é o dispêndio da energia física e intelectual dos colaboradores em prol dos objetivos estabelecidos.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO